



ACÇÃO SOCIALISTA

NESTA EDIÇÃO
SUPLEMENTO
"ENTENDENDO O
MEMORANDO"



ENTREVISTA A CARLOS ZORRINHO
"HÁ UMA FLAGELAÇÃO DOS PORTUGUESES QUE NÃO É INOCENTE" // PÁGS. 8 A 10

OPINIÃO

HÉLDER PAULO FERREIRA // JOÃO RIBEIRO // PEDRO DELGADO ALVES
MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS // JOSÉ REIS SANTOS // MIGUEL LARANJEIRO



O CAMINHO ALTERNATIVO EM CONSTRUÇÃO

ENTREVISTA

HORTENSE MARTINS
"Este Governo abandona políticas de igualdade"

O Governo da direita tem como propósito ideológico abandonar as políticas de promoção da igualdade de género, acusa a presidente do Departamento das Mulheres Socialistas de Castelo Branco, Hortense Martins

// PÁG. 12



CONVENÇÃO FAUL

Socialistas debateram reforma administrativa

// PÁG. 7

ELEIÇÕES FRANÇA

O CORREDOR DE FUNDO CONTRA O PRESIDENTE "BLING-BLING"

// PÁG. 14



A Escalada
MOBILIDADE FORÇADA
NA FUNÇÃO PÚBLICA

O PS está contra a “mobilidade a qualquer preço” que o Governo quer impor aos funcionários públicos.

Os socialistas lembram que já existe legislação que permite a mobilidade negociada com trabalhadores e sindicatos e se o Governo pretende a mobilidade dos trabalhadores sem qualquer restrição, como aconselha designadamente o CDS/PP, “naturalmente não o acompanharemos”.

“É preciso ouvir as pessoas e respeitar a sua dignidade”, porque os funcionários públicos “têm família, casa e compromissos”.



Quente
PASSOS TRATA MAL
OS PORTUGUESES

O deputado José Junqueiro acusou o primeiro-ministro de andar a tratar os portugueses como se “fossem medíocres e incapazes”, denotando um “desrespeito absoluto pelo povo que o elegeu”.

O deputado socialista lamentou que o país se confronte com um primeiro-ministro que “não assume a palavra dada” e que “rasga todos os dias uma parte do contato com que se comprometeu com o eleitorado”.

Para Junqueiro, o Governo apenas tem para oferecer ao país austeridade em cima de austeridade, apelando a Passos Coelho para que escute o secretário-geral do PS que o convocou para uma agenda para o crescimento e o emprego.



Frio
AUSTERIDADE
NÃO É SOLUÇÃO

Todos os indicadores económicos e financeiros apontam para que Portugal esteja numa clara e indiscutível espiral recessiva, a par de uma brutal queda na cobrança de impostos, numa diminuição do consumo privado e de um aumento exponencial do desemprego.

Ao contrário do que o Governo afirma, com esta política, de austeridade como solução para a austeridade, o país não terá futuro e não encontrará os caminhos para sair da crise económica e financeira em que se encontra.



Gelado
MAIOR DESEMPREGO
DE SEMPRE

Nunca o país esteve confrontado com níveis de desemprego tão elevados. Números “insustentáveis” como o classificou Carlos Zorrinho, e a prova do falhanço da política deste Governo.

Portugal atingiu uma taxa de desemprego de 14% (mais de 770 mil desempregados). A mais alta de sempre. E perante este quadro o que faz o Governo? Avança com a mobilidade dos funcionários públicos a qualquer preço em vez de apostar em políticas ativas de apoio à criação de emprego jovem como o PS há muito reclama. ●

MORREU IGREJAS
CAEIRO, UMA VOZ
DA LIBERDADE

Morreu o ator, encenador e locutor Igrejas Caeiro. Tinha 94 anos. O secretário-geral do PS lamentou a perda, recordando o contributo cívico dado pelo militante socialista e a forma como se destacou na cultura.

“Homem de uma enorme elegância e de uma afabilidade envolvente”, Igrejas Caeiro, nas palavras de António José Seguro, “nunca deixou de dar o seu contributo cívico” à vida do seu país e em particular ao seu Partido Socialista.

Igreja Caeiro estreou-se em Lisboa como ator em 1940, participando anos depois no filme “Camões”, de Leitão de Barros.



Foi apresentador e empresário de programas como os “Companheiros da alegria” e “O comboio das seis e meia”, tendo sido afastado da rádio pela ditadura devido a críticas sobre a ocupação portuguesa na Índia. Só voltou à rádio oficial após o 25 de Abril de 1974. Como militante socialista Igrejas Caeiro foi ainda deputado à Assembleia da República e vereador da Câmara Municipal de Cascais.

É PRECISO
DEVOLVER A
ESPERANÇA AOS
PORTUGUESES

“A política séria tem a grande responsabilidade de devolver a esperança aos portugueses”, afirmou Carlos Zorrinho, líder da bancada socialista, perante centenas de participantes na Convenção Autárquica do PS Alandroal. Na intervenção em que abordou a difícil situação em que os portugueses vivem, Carlos Zorrinho defendeu que é preciso devolver a esperança “com credibilidade, sem demagogia e com grande proximidade das pessoas e dos seus problemas”.

Presente na Convenção Autárquica do PS/Alandroal, que abordou os temas “O PS enquanto oposição: local e nacional” e “O papel das autarquias junto das populações: Livro Verde e Modernização Administrativa”, João Nabais, presidente da Concelhia do PS/Alandroal, fez uma intervenção focada nos oito anos de gestão socialista à frente dos destinos do concelho. Seguiram-se as intervenções protagonizadas pelo conjunto de au-



tarcas alandroalenses, Manuel Palhoco, Flávio Roques, Rui Neves, José Guiomar Silva e Manuel José Ramalho, que afirmaram ser contra uma reforma do poder local feita “a régua e esquadro”.

Na sessão de encerramento, Capoulas Santos, eurodeputado e presidente da Federação de Évora do PS, congratulou-se com o facto dos socialistas alandroalenses e seus apoiantes independentes estarem a preparar a mudança neste município.

Já Maria de Belém Roseira, presidente do partido, destacou mais uma vez aquilo que, segundo a actual liderança do PS, deve ser uma “regra de ouro” para os socialistas na oposição a nível nacional e/ou local, ou seja, “ter sempre um comportamento responsável e nunca prometer na oposição aquilo que temos a certeza que não conseguiríamos fazer se fôssemos poder”. ● M.R.

ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



18 DE FEVEREIRO DE 1982

PS vai apresentar uma moção de censura ao Executivo AD, titulava o “Acção Socialista” na primeira página de 18 de Fevereiro de 1982. O órgão oficial do PS dava ainda conta da forma anedótica como o então ministro Ângelo Correia lidou, cheio de sentido de Estado, com a greve geral da CGTP, que o agora descobridor e mentor de Passos Coelho classificou como “intentona dos pregos”. A direita no seu melhor. ●

PS/SANTIAGO DO CACÉM
HOMENAGEIA FERNANDO
COSTA

A Concelhia de Santiago do Cacém do PS homenageou recentemente Fernando Costa, militante nº 5 e fundador do Partido Socialista, por toda a dedicação e entrega partidária e política que teve ao longo dos anos.

Numa Concelhia de casa cheia, foi entregue ao camarada Fernando Costa uma salva de prata pelo presidente António Abreu e feito o devido brinde a este grande militante do nosso partido.

Na ocasião, estiveram presentes o secretário nacional João Ribeiro, o presidente da Federação de Setúbal, Vítor Ramalho, o dirigente distrital Hugo Ferreira, o deputado Eduardo Cabrita, o presidente da JS de Setúbal, Pedro Ruas, e o vereador Óscar Ramos.

O dirigente nacional João Ribeiro fez chegar uma mensagem do secretário-geral, que por motivos de agenda não pôde estar presente, e discursou sobre os grandes problemas nacionais e sobre a orientação partidária nos campos político e económico.

Por sua vez, Hugo Ferreira salientou a importância da unidade e coesão do partido, numa altura difícil para o país e para todos os portugueses ● M.R.



CARTAS DOS MILITANTES



OLIVEIRA DIAS
Militante 17.134
politologia@iol.pt

Direito Potestativo

Na Assembleia da República caiu estrondosamente aquilo que era um direito sagrado dos representantes do povo – O Direito Potestativo.

Este direito serve para que as oposições possam impor aos que governam uma determinada prática, neste caso a presença em comissão, mesmo contra a vontade do governante.

Desta forma defende-se a democracia e sobretudo a transparência, pois mitiga a prepotência ou a arrogância de quem governa. É também, antes de mais, um escrutínio importante que combate a impunidade.

Ao agendamento potestativo, requerendo a presença do sr. primeiro-ministro em Comissão, surge uma tese que assenta numa prática parlamentar apenas se aplicar aos ministros do Governo.

A presidente da Mesa da Assembleia, naquilo que foi a primeira vez em que foi posta à prova quanto à sua imparcialidade, deu prova de uma lealdade partidária inaceitável, ao acolher a tese de que o primeiro-ministro não faz parte do Governo, por um lado, e, por outro, invocando a circunstância do mesmo se apresentar quinzenalmente na Assembleia, tornando despicenda a sua presença em Comissão. ●



JORGE FERREIRA

DEBATE QUINZENAL

Esta política está a levar-nos à tragédia

Nunca o país atingiu uma taxa tão elevada de desemprego. 14% segundo dados revelados pelo INE. Mais de um milhão e 200 mil portugueses sem trabalho.

Cenário aterrador que demonstra o “falhanço” absoluto das políticas do Governo para enfrentar a crise financeira com que o país se depara, disse o secretário-geral do PS no debate quinzenal na AR com o primeiro-ministro.

Por isso, exortou Passos Coelho a reconhecer que a sua “receita” para a crise se traduz num “falhanço total”, acusando-o de estar a “enterrar o país” e a pôr os portugueses “a pão e água”.

António José Seguro confrontou o primeiro-ministro com a taxa de desemprego de 14% em dezembro de 2011, “quando a previsão para o mesmo mês de 2012 era de 13,4%”, segundo o Orçamento do Estado. “A sua receita está errada e a sua política falhou”, está pois na altura do Governo “arrepiar caminho” e de dar prioridade ao emprego e ao crescimento económico, canalizando crédito para as empresas, apostando na promoção das exportações e no investimento na investigação e desenvolvimento. Ao invés, o que as políticas deste Governo estão a fazer, realçou Seguro, é a “levar-nos

para a tragédia e a enterrar o país”, lamentando o que classificou de “seguidismo de Passos Coelho” em relação à chanceler Angela Merkel.

“O senhor governa há oito meses. Assuma de uma vez por todas os resultados da sua política”.

O que era espetável era que o primeiro-ministro viesse a este debate parlamentar “assumir que a sua receita falhou” e que se mostrasse aberto a acolher os alertas e as soluções que “desde junho lhe tenho lançado sobre o desemprego ou a contração da economia”.

Partidarizar a Administração Pública

O Governo PSD/CDS-PP em apenas oito meses já designou 1138 dirigentes para cargos da administração do Estado, 803 para os diversos gabinetes e 480 para grupos de trabalho, num total de 2421 nomeações. Trata-se, não de sinais de desgovernamentalização como defende o Governo, mas da maior ofensiva de que há memória de “partidarização da administração do Estado” em Portugal desde que há demo-

cracia, defendeu o secretário-geral do PS, recorrendo a uma capa do “JN” para sustentar a sua tese.

Mobilidade para o desemprego

Quanto à mobilidade laboral na Administração Pública, António José Seguro criticou o projeto apresentado pelo Governo, dizendo que “eu sei bem qual é a política deste Governo sobre esta matéria”, aliás muito bem explicada pelo CDS, quando afirmou que “quem está mal que se mude”, ou seja, trata-se da “mobilidade para o desemprego”. ● R.S.A.

“O Governo está a pôr os portugueses a pão e água”

“O seguidismo de Passos Coelho em relação à senhora Merkel está a enterrar o país”

“Esta obstinação do primeiro-ministro, inspirada na mais radical cartilha neoliberal, está a custar caro aos portugueses. E esta é uma fatura que ninguém pediu ou escolheu e nem sequer estava no exigente memorando da *troika*”

EDITORIAL

A FORÇA DA NOSSA RAZÃO



Marcos Sá
marcos.sa@ps.pt

Diz o ministro das Finanças alemão: “... mas depois se for preciso um ajustamento do programa português, nós estaremos preparados”. Responde o ministro das Finanças português: “Agradecemos muito.” Se dúvidas houvesse, este simples diálogo apanhado e amplamente difundido revela bem a ligeireza lamentável com que se tratam assuntos nos processos de decisão europeus. Em alguns segundos, percebemos como um ministro alemão decide sozinho o nosso destino, e como um ministro português destrói sem pestanejar a posição irredutível do seu primeiro-ministro perante uma nova orientação da Alemanha.

Apesar dos contornos atípicos e questionáveis deste episódio, esta mudança de opinião foi uma boa notícia para Portugal. O líder do PS vem reclamando há meses este ajustamento dos prazos no cumprimento do memorando de entendimento com a *troika* que permitiria ao Governo aliviar a pressão e os sacrifícios que os portugueses dramaticamente estão a sentir, atenuando os efeitos recessivos para a nossa economia das medidas duras adotadas. Passos Coelho tem criticado e rejeitado absolutamente esta ideia mas, como se vê, foi mais uma vez mais ultrapassado. Afinal, o férreo “custe o que custar” vale menos, muito menos, do que um simples sopro de um ministro alemão e, neste caso, ainda bem.

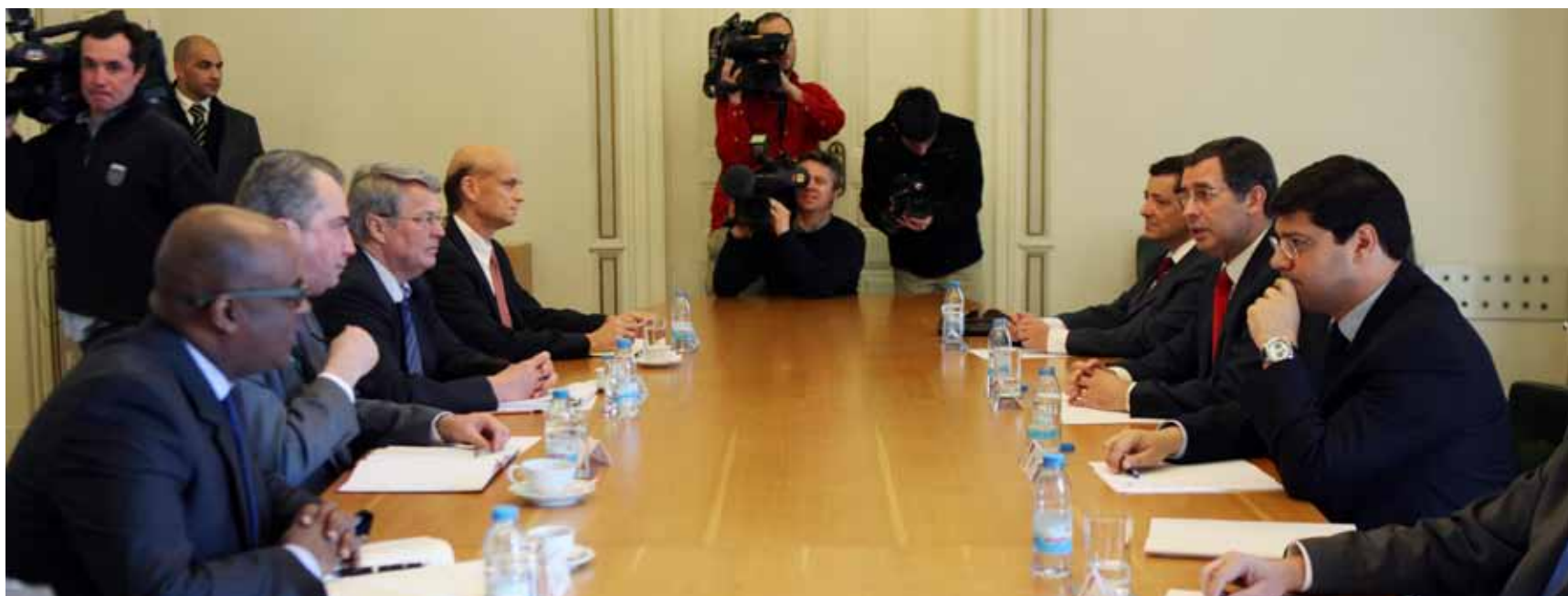
Tal como aconteceu com o corte do subsídio de Natal de 2011 ou no aumento da eletricidade nos últimos meses de 2011, no Orçamento de 2012, ou na necessidade de medidas de criação de emprego jovem que o último Conselho Europeu veio impor a Portugal... Passos Coelho recusou a perspectiva do PS mas tem vindo a ser derrotado pelos factos.

Esta obstinação do primeiro-ministro, inspirada na mais radical cartilha neoliberal, está a custar caro aos portugueses. E esta é uma fatura que ninguém pediu ou escolheu e nem sequer estava no exigente memorando da *troika*. É por isso natural que a indignação dos portugueses que trabalham e resistem aos mais injustos sacrifícios, que nada tem a ver com “pieguice”, seja crescente e legítima perante os desmandos deste Governo.

O nosso Partido Socialista, depois de um período de governação difícil que provocou os seus custos, contra a mais oportunista e demagógica oposição de sempre, que uniu a esquerda ortodoxa e toda a direita política, continua por sua vez a consolidar uma posição de credibilidade na sociedade portuguesa mantendo-se firme nas suas convicções e princípios sem ceder às chantagens maniqueístas da direita. Apontando alternativas certas e com a responsabilidade na oposição que a outros faltou, evitando irreflectidas e precipitadas reações panfletárias que dão popularidade imediata mas minam o caminho da coerência e da confiança.

Os portugueses saberão reconhecer, a seu tempo, que a força demonstrada da nossa razão, em cada momento, neste tempo de dificuldades e grandes decisões, merecerá uma nova maioria de votos para governar Portugal.

Porque o fundamentalismo ideológico não resiste à assertividade de uma interpretação sensata dos factos, desta vez foi o ministro das Finanças alemão a concordar com o PS. ●



JORGE FERREIRA

REUNIÃO COM A TROIKA

PS insiste na prioridade ao crescimento

Ao receber os representantes da *troika* na sede do largo do Rato, num encontro que durou hora e meia, António José Seguro, falando no final aos jornalistas, reconheceu que os pontos de vista entre o PS e a *troika* "são bem divergentes", salientando em particular a prioridade que, na sua opinião, deve ser dada ao emprego e ao crescimento económico.

Seguro foi claro em classificar o encontro com os elementos da *troika*, como "muito interessante e muito relevante", adiantando contudo "como é meu hábito" não revelar aquilo que se passa nestas reuniões. "Não escondo, contudo, que houve pontos de vista bem divergentes entre o PS e a *troika* no que diz respeito ao processo de consolidação das contas públicas e parti-

cularmente quanto à prioridade". Não deixou, porém, de insistir que o PS entende que "doses excessivas de austeridade" não resolvem os problemas, reafirmando a necessidade de dar prioridade ao crescimento económico e ao emprego.

PM chega tarde a conclusões óbvias

"O PS não abdica desta priori-

dade" disse, e a forma mais inteligente, mais saudável e mais sustentável para Portugal consolidar e bem as suas contas é dar prioridade ao emprego e ao crescimento económico "é não dar prioridade à austeridade e ao reforço desta mesma austeridade, que é a receita que tem sido seguida pelo Governo português", salientou o líder socialista.

Quanto às últimas declarações de Passos Coelho que rejeitou a necessidade de existir uma dilatação no prazo para o cumprimento do programa de ajuda financeira, António José Seguro afirmou que os portugueses já estão habituados a que o primeiro-ministro chegue tarde a "conclusões óbvias", reiterando a necessidade de Portugal ter "pelo menos mais um

ano" para consolidar as contas públicas.

Lamentando que os portugueses tenham de pagar "um preço elevado" por essa chegada tardia do primeiro-ministro a "conclusões óbvias", o líder socialista defendeu que mais importante do que a mudança de opinião do primeiro-ministro é que o Governo proponha a alteração à *troika*. ●



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO É LÍDER MAIS POPULAR

António José Seguro é líder mais bem classificado, surgindo com 10,3 valores. O último da lista é Passos Coelho, com 8 valores. Estes resultados foram obtidos pela Aximage para o barómetro do Correio da Manhã, demonstrando os sinais de desgaste do Governo e da sua cartilha da austeridade cega. Os portugueses já reconhecem a imperativa necessidade de um outro caminho. O PS demonstra, com a sua postura e com propostas sérias, que Há Outro Caminho. ●



BPN: SOCIALISTAS APOIAM NOVA COMISSÃO DE INQUÉRITO

O PS vai votar favoravelmente a constituição de uma comissão de inquérito à gestão do BPN pela Caixa Geral de Depósitos e a venda ao BIC, proposta pelo BE. Em declarações no Parlamento, Carlos Zorrinho afirmou que "tudo o que possa contribuir para o esclarecimento deste processo, que é um processo que tem vertentes ainda obscuras, merece o nosso empenho". Prometeu, também, que o Partido Socialista irá dar o seu melhor na comissão de inquérito, "para que os portugueses possam conhecer melhor aquilo que aconteceu". ●



PS QUER MEMBROS DAS ENTIDADES REGULADORAS NOMEADOS PELA AR

O Partido Socialista vai votar favoravelmente a nova lei da concorrência do Governo, mas apresentará "várias" propostas de alteração no debate na especialidade. Uma das propostas é que os membros das entidades reguladoras passem a ser nomeados pelo Parlamento. Acerca desta proposta, o líder parlamentar Carlos Zorrinho explicou que "esta filosofia de Estado regulador implica uma participação e uma vigilância democrática permanente dessas entidades que devem estar, exatamente por isso, mais afastadas do poder executivo". ●



SOCIALISTAS ESTÃO CONTRA A MOBILIDADE FORÇADA

O PS lamenta que o Governo queira criar um regime de mobilidade geográfica que permita a transferência de funcionários públicos para fora da sua área de residência. Pela voz do deputado Miguel Laranjeiro ficou-se a conhecer a convicção do Partido Socialista: se o Governo optar por seguir esse caminho, "nós naturalmente não o acompanharemos". O deputado socialista recordou que já existe legislação que permite a mobilidade, sendo esta "negociada com trabalhadores e os sindicatos", uma vez que os funcionários públicos têm "família, casa e compromissos", sendo, por isso, necessário "ouvir as pessoas" e respeitar a sua dignidade. ●



JORGE FERREIRA

SEGURO ACUSA

Paixão pela austeridade leva à maior taxa de desemprego de sempre

O secretário-geral do PS considerou que a “paixão pela austeridade” e a política do “custe o que custar” do primeiro-ministro “levou Portugal para a maior taxa de desemprego de sempre”.

António José Seguro falava numa conferência de Imprensa, na sede nacional, no final de uma reunião de emergência do Secretariado Nacional do PS, no dia 16 de Fevereiro, na sequência dos últimos dados divulgados pelo INE que apontam para uma taxa de desemprego na ordem dos 14%, ou seja, 771 mil portugueses a procurar ativamente um posto de trabalho.

“Espero que este seja o momento que faça soar a consciência no interior do Governo e se aposte de facto no crescimento económico e no emprego”, afirmou o líder do PS, que defendeu ser “urgente tomar medidas que respondam a este drama social” que é também “uma ameaça à coesão nacional”.

Nesse sentido, Seguro anunciou que vai propor à *troika* propostas de “despesa fiscal inteligente” que permitam criar incentivos às empre-

sas que contratem jovens e a “promoção das exportações, da investigação e desenvolvimento e captação de investimento direto estrangeiro”. Ou seja, explicou, “quatro áreas que carecem de autorização por parte da *troika*, uma vez que estão no memorando, mas que poderiam, através de uma despesa fiscal inteligente, ajudar à promoção

771.000

É o número de desempregados a procurar ativamente emprego, a maior taxa de sempre, segundo dados divulgados pelo INE relativos ao último trimestre de 2011

do emprego e ao desenvolvimento da nossa economia”. O líder do PS defendeu uma “reprogramação” do QREN, com o objectivo de canalizar “rapidamente” três mil milhões de euros para “a promoção de políticas ativas de emprego” e ainda a criação de programas que possam “aproximar empresas que estão em situação de pré-insolvência, mas não em situação de falência, com jovens empreendedores disponíveis para tomar conta dessas empresas”.

Seguro sublinhou que estas são “medidas concretas” para “responder aos problemas profundos dos portugueses”, insistindo na necessidade de um “caminho” diferente do Governo, em que “medidas de austeridade inteligente, não cortes cegos” sejam realizadas em simultâneo com outras de “apoio às empresas” e à economia. ● J.C.C.B.

“Nesta segunda abordagem do tema, darei a conhecer os elementos base da atividade que caracterizam o sector, o modo como se encontram envolvidos os municípios do continente e em que circunstâncias a água chega a casa dos 8,5 milhões de consumidores”



ADP – QUE SOLUÇÃO (II)

Hélder Paulo Ferreira

seccao_ambiente@ps.pt

No primeiro artigo, procurei identificar uma solução para o sector das Águas em Portugal, propondo a criação de uma empresa única, igual ao modelo EDP, que englobasse a produção e distribuição ao consumidor final.

Nesta segunda abordagem do tema, darei a conhecer os elementos base da atividade que caracterizam o sector, o modo como se encontram envolvidos os municípios do continente e em que circunstâncias a água chega a casa dos 8,5 milhões de consumidores.

Tecnicamente é definido como “distribuição em Alta” o fornecimento de águas aos municípios ou às empresas que posteriormente, a fazem chegar a cada consumidor final, o que se designa “distribuição em Baixa”.

Quando uma entidade pública ou privada assume a captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água, podemos referir que assume a totalidade da cadeia de valor da actividade, sendo a EPAL e os SMAS do Montijo, na área da Grande Lisboa, um exemplo do que acabamos de referir.

Se a entidade pública ou privada, para distribuir água ao consumidor final, necessita de a adquirir a uma terceira entidade, dividindo a cadeia de valor da actividade, designa-se a actividade como “distribuição em Baixa”, sendo os SMAS de Almada e as Águas de Cascais, SA, na mesma área Metropolitana, um exemplo desta situação.

A captação, tratamento, distribuição e armazenamento de água em Portugal, “distribuição em Alta”, é assumida maioritariamente pelas 16 empresas multimunicipais, criadas entre a AdP e os municípios, 80% do total.

Esta situação reflete naturalmente o modo como o sector se foi desenvolvendo, com uma clara melhoria na qualidade, quantidade, continuidade e pressão de água disponibilizada para distribuição em Baixa, mas provocou, naturalmente, algumas redundâncias que importa ultrapassar, como são, por exemplo, um mesmo município ser servido por dois sistemas em Alta, ou os custos por m³ de água variarem entre 0,596 e 1,385 euros.

Na distribuição em Baixa a situação é mais problemática.

O abastecimento aos cerca de 8,5 milhões de consumidores é assegurado por 228 câmaras municipais, 28 serviços municipalizados, 22 empresas públicas ou municipais e 26 concessões.

Estamos a falar na coexistência de 304 tarifários diferentes, e, necessariamente de diferentes níveis de serviço, de capacidade de investimento e onde o preço médio, por m³, varia entre 0,640 euros e 1,092 euros.

Perante esta realidade, e tendo em conta os interesses que importa defender, a recuperação do investimento público efectuado, quer através da AdP quer através dos municípios, a garantia e qualidade do fornecimento aos cidadãos, continuamos a defender como solução a adoptar a criação de uma empresa única, que englobe a “distribuição em Alta e em Baixa”, que seja responsável por servir os 8,5 milhões de clientes finais, gira os fluxos financeiros que a situação proporcionará de modo a que em Portugal se possa concluir o investimento que falta efectuar, mantendo apenas um tarifário de água, colocando assim todos os portugueses em situação idêntica no acesso a este bem fundamental à vida e ao bem-estar das populações.

Novas regras para o Ambiente

Por proposta do PS a Assembleia da República vai voltar, duas décadas e meia depois, a debruçar-se sobre a Lei de Bases do Ambiente.

Isto porque os socialistas apresentaram no parlamento uma proposta de revisão da atual Lei de Bases da Ambiente, um projeto que pretende ser inovador mas simultaneamente realista e equilibrado quanto às fronteiras entre a política do ambiente e as restantes políticas públicas, em especial, como realça o deputado Renato Sampaio, em relação às políticas de ordenamento do território, urbanismo e património cultural. Esta distinção assume, para o deputado do PS, um carácter fundamental, uma vez que só com esta delimitação é possível proceder à definição dos verdadeiros instrumentos da política ambiental e à respetiva articulação entre as di-

versas políticas sectoriais.

Renato Sampaio lembra que Portugal nos últimos 25 anos deu um salto qualitativo em políticas de ambiente, quer em relação às de primeira geração, quer no combate às alterações climáticas, mas também “na conservação da natureza ou na proteção da diversidade biológica”.

Tudo isto se deve, como garante, à Lei de Bases do Ambiente, “bastante inovadora para altura”, aprovada 1987 por um largo consenso parlamentar, garantindo contudo que a sua revisão “confronta-nos com a necessidade de uma nova lei que esteja à altura dos novos desafios”.

Desafios que passam, como acen-



tua, por uma nova abordagem em relação às alterações climáticas, ao combate da subida do nível do carbono, à preservação da orla costeira, ao degelo e ao consequente aumento do nível das águas do mar, como todo a um conjunto de outros temas “que na altura não estavam em cima da mesa”.

Por isso, o projeto de lei do PS “visa estabelecer verdadeiras bases da política do ambiente que resistam ao teste do tempo”, sendo esse porventura um dos maiores desafios tendo como ponto essencial a garantia de não retrocesso na proteção ambiental e nos di-

reitos reconhecidos aos cidadãos constantes da atual Lei de Bases do Ambiente.

Um direito constitucional

A Constituição Portuguesa consagra o ambiente como um direito fundamental, atribuindo ao Estado a defesa da natureza e do ambiente, a preservação dos recursos naturais, assegurando um correto ordenamento do território, atribuindo-lhe igualmente a promoção do bem-estar e a qualidade de vida das populações bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais.

É com este espírito, sublinha Renato Sampaio, que o PS avança para uma proposta de revisão da Lei de Bases da Política de Ambiente que, para além de “revelar uma posição consistente”, não quer, por outro lado, que se resuma a “uma mera atualização de terminologia ou de referências legais da anterior lei de 1987”, mas que pretende avançar numa reflexão mais ponderada, consensual e vasta sobre as políticas públicas, capaz de preparar a sua evolução futura com alicerces “tão ambiciosos e inovadores”, como o foi na altura a atual Lei de Bases do Ambiente. ● R.S.A.

PS quer aposta na reabilitação urbana para dinamizar economia

O PS apresentou uma proposta de alteração à lei das rendas do Governo, com um conjunto de medidas para incentivar o crescimento económico nas áreas da reabilitação urbana e do mercado de arrendamento.

Segundo o deputado Ramos Preto, “a reabilitação urbana e a dinamização do mercado de arrendamento são áreas estratégicas e fundamentais para promover o crescimento da economia e incentivar as actividades económicas associadas a estes sectores”, e ainda para a “requalificação e revitalização das cidades”.

Neste contexto, Ramos Preto explica que o projecto de lei socialista assenta em três domínios. O primeiro passa por um Simplex para a reabilitação urbana, permitindo “a simplificação dos procedimentos de execução das operações urbanísticas de reabilitação dos edifícios, desburocratizando os processos de obtenção das permissões para realização destas obras”.

Por outro lado, o deputado socialista diz que o diploma prevê “o despejo em tempo jus-

to, para garantir o cumprimento dos contratos de arrendamento e gerar confiança no mercado do arrendamento”.

No entanto, Ramos Preto esclarece que o projecto, apesar de tornar o despejo mais célere, prevê “mecanismos de protecção para os inquilinos que se encontrem numa situação de fragilidade social”.

Especulação à solta

As alterações à lei propostas pelos socialistas preveem ainda “estímulos financeiros à reabilitação urbana”, que passam, nomeadamente, pela “tributação, em sede de IRS, dos rendimentos prediais à taxa de 25%, equiparando-os aos depósitos bancários”. Ou seja, o PS considera fundamental que a lei contemple desde já uma taxa liberatória de 25% para os senhorios, de forma a incentivar, de facto, o mercado

de arrendamento.

Quanto à especulação imobiliária que grassa, nomeadamente em Lisboa e Porto, Ramos Preto está convicto de que “uma acção concertada entre as políticas que versam a reabilitação urbana e a dinamização do mercado do arrendamento trará, necessariamente, mais casas para o mercado, aumentando a oferta e combatendo, por essa via, a especulação imobiliária que, nas últimas décadas, desertificou parte das nossas cidades, de que Lisboa e Porto são casos paradigmáticos”.

O deputado sublinha ainda que o projecto de lei do PS “apresenta uma visão de conjunto” para a dinamização da reabilitação urbana e do mercado do arrendamento, porque, diz, “só reforçando a confiança dos proprietários no contrato de arrendamento torna-



rá a colocação de casas no mercado e o investimento na requalificação urbana desses imóveis op-

730.000

É o número de alojamentos vagos em Portugal, um país onde grassa a especulação imobiliária, muitos cidadãos não têm teto e escasseiam habitações a custos comportáveis com os rendimentos das famílias

ções mais seguras”.

A promoção da reabilitação urbana passa, na opinião de Ramos Preto, “pela valorização do arrendamento, tornando-o num investimento de confiança, e levando os seus proprietários a investir na sua recuperação”.

O deputado do PS faz ainda questão de salientar que “a aposta na reabilitação urbana não gera aumento de despesa pública, antes pelo contrário, cria receita”. E isto porque, explica, “ao dinamizar a economia, impulsiona os investidores a realizarem obras, gera emprego e, como consequência, serão colocados mais imóveis no mercado do arrendamento”. ● J.C.CASTELO BRANCO



JORGE FERREIRA

II CONVENÇÃO DA FAUL

Reforma administrativa da direita é feita a régua e esquadro

A Federação da Área Urbana de Lisboa do PS (FAUL) realizou, no dia 18 de fevereiro, no Hotel Altis, a sua II Convenção subordinada ao tema “Que Reforma Administrativa para a AML”.

No encontro usaram da palavra Eduardo Quinta Nova, do gabinete de estudos metropolitanos, José Rosa do Egípto, do gabinete autárquico da FAUL, Ramos Preto, presidente da Comissão parlamentar do Poder Local, e ainda António Costa e Joaquim Raposo, respetivamente, presidentes das câmaras municipais de Lisboa e da Amadora, cabendo as conclusões a Marcos Pestrelle, líder da FAUL. Os trabalhos terminaram com a intervenção do secretário-geral do PS.

António José Seguro começou por considerar a reforma administrativa do território proposta pelo Governo como “uma má proposta”, porque aponta, como justificou, para a extinção de algumas freguesias a régua e esquadro, “não tendo em conta as pessoas”.

Para o líder socialista, as propostas do Governo apontam para uma imposição às populações, às freguesias e a cada concelho “da sua própria conceção” do que deve ser a reorganização administrativa, quando o que o país precisa, como defendeu, para além de um diálogo sério entre as diversas partes envolvidas nesta problemática, “não é de uma má reforma administrativa, mas de uma reforma que

tenha em conta as realidades sociais, como as acessibilidades aos serviços”.

Seguro deu o exemplo seguido em Lisboa e na Amadora, dois municípios liderados por socialistas, respetivamente por António Costa e Joaquim Raposo, que “não precisaram de nenhum memorando da *troika* para perceberem e sentirem que havia uma melhoria na qualidade da prestação dos serviços aos cidadãos se a reforma apontasse para uma maior racionalização na

“Passos Coelho não está preparado para enfrentar as dificuldades dos jovens”

gestão das freguesias”.

O líder socialista elogiou o trabalho desenvolvido por estes dois autarcas que foram capazes de empreender um trabalho “minucioso e com muita sensibilidade” envolvendo os autarcas de todas as freguesias, o que permitiu chegar a uma “proposta consensual”, tudo sem que haja perda da qualidade dos serviços.

Também os mais novos mereceram da parte do secretário-geral socialista uma atenção particular quando criticou a anunciada formação pelo Governo de direita de uma nova comissão interministerial de criação de emprego e formação jovem, reiterando Seguro que o que os jovens precisam “é de medidas e não de comissões”, garantindo que o Executivo de Passos Coelho “não está preparado para enfrentar as dificuldades que se colocam aos jovens”.

Na ponta de uma tesoura

Quando o emprego jovem atingiu já os 35% torna-se bizarro, disse, ouvir o Governo afirmar “que vai criar uma comissão para apresentar estudos e medidas”, o que demonstra que não faz a mínima ideia como resolver o assunto, nem tão-pouco “está preparado para enfrentar estas dificuldades”.

Seguro acusou ainda o Executivo de estar a “cortar a esperança” dos portugueses ao apostar em políticas que apenas têm como único objetivo “cortes cegos”, criticando as políticas de combate à crise que apenas encontram respostas aos problemas do país “na ponta de uma tesoura”. ● R.S.A.

“O Governo olha para a criação de emprego como um resultado estatístico das condições do mercado e da lei da oferta e da procura”

5 ARGUMENTOS PARA COMBATER O GOVERNO



João Ribeiro

jribeiro@ps.pt

1. Governo isolado: O Governo de maioria absoluta PSD/PP considera o desemprego um mal necessário. As previsões de desemprego para 2012, no seu Orçamento de Estado, estão desfeitas. Previram 13,2% de desemprego até final de 2012. Começam o ano nos 14%. Ignoraram a necessidade de políticas de crescimento e de criação de emprego, que o PS repetidamente propôs. Foi preciso um Conselho Europeu para impor ao Governo a necessidade de combater o desemprego jovem. Conselho Europeu que reagiu à pressão da sociedade europeia e dos líderes socialistas e progressistas europeus. Todos reagiram. Menos o governo do “custe o que custar”, do “salve-se quem puder”, do “quem está mal que se mude”, da ideologia da “força de vontade”. Esse governo é o Governo de Portugal. Um governo cada vez mais isolado.

2. Governo periférico: No dia 9 de fevereiro o Partido Socialista Europeu aprovou um relatório sobre o desemprego jovem na União Europeia e lançou uma campanha para garantir que as nossas soluções para o problema são uma prioridade política neste manto de governação de direita na Europa. O PSE propôs a criação de uma garantia de acesso a emprego para os jovens, financiado por 10 mil milhões de euros, retirados dos 30 mil milhões de euros não usados pelo Fundo Social Europeu. Esta garantia permitirá criar 2 milhões de empregos para jovens até 2013. É uma medida concreta para a vida dos 5.5 milhões de desempregados jovens – o equivalente à população da Dinamarca. Soluções Europeias para problemas europeus.

3. Governo ideologicamente datado: O Governo olha para a criação de emprego como um resultado estatístico das condições do mercado e da lei da oferta e da procura. Nós olhamos para a necessidade de criação de emprego jovem como desafios moral, social e económico e como pressuposto de uma sociedade harmoniosa. E também como algo fundamental para financiar o Estado Social através de contribuições para a Segurança Social e do pagamento de impostos. A criação urgente de emprego jovem é pressuposto de sustentabilidade dos sistemas de segurança social, de saúde pública e de educação para todos. A direita tenta esconder a sua reserva mental quando fala de combate ao desemprego porque sabe que o agravamento da situação beneficia uma percepção pública distorcida sobre a sustentabilidade do Estado Social permitindo-lhe continuar o seu desmantelamento – invocando o excesso de despesa pública para a receita pública disponível. É um governo marcado por uma geração de políticos que, quando eram novos, gostavam muito de Reagan e Thatcher exibindo um certo orgulho vingativo da derrota histórica do modelo liberal, reabilitando-o. Um governo com um programa datado, do século passado, do tempo em que não havia internet (dificultando o acesso a memória histórica autêntica sobre as verdadeiras e dramáticas consequências sociais daquelas opções políticas).

4. Radicalismo inconsequente do BE e do PCP: O PS não entra em concursos de adjetivos com os partidos à nossa esquerda. A preocupação social não se mede pela intensidade dos adjetivos ou pela originalidade das metáforas mas pela capacidade de apresentar respostas claras e exequíveis com efeito real na criação líquida de emprego e com carácter de urgência. Combater o radicalismo inconsequente é combater o Governo – porque nos credibiliza perante a grande maioria dos portugueses reforçando as condições políticas para um combate mais forte à maioria de direita. Daí a importância de resistir a acantonamentos retóricos ou a fogachos mediáticos na atividade política do nosso dia a dia (como militantes).

5. Governo surdo: O secretário-geral do PS, no dia de apresentação da sua candidatura, em junho, afirmou: “Nenhum líder político pode dormir descansado quando a geração mais qualificada de sempre abandona o país pela falta de oportunidades. No momento que o país atravessa são sobretudo estes jovens que trazem valor acrescentado às soluções de recuperação da economia. É com eles que conto para a construção de um país melhor. Esta é a geração com que Abril e a República sonharam. Darei o meu melhor para concretizarmos esse sonho. O sonho dos progressistas de esquerda que ao longo de séculos deram e dão o seu contributo para fazer avançar as sociedades.” ●



JÓRGE FERREIRA

CARLOS ZORRINHO, PRESIDENTE DO GP/PS

“Precisamos em 2012 de corajosa como tivemos e

Apassionado pela austeridade, este Governo está a empurrar Portugal para o abismo e a flagelar os portugueses, visando criar condições para a aplicação de um modelo ideológico de destruição do Estado Social. A denúncia é feita pelo presidente do Grupo Parlamentar do PS, Carlos Zorrinho, numa entrevista ao “Acção Socialista” em que defende uma solução política diferente para o país. **MARY RODRIGUES**

Após ter integrado o Governo de António Guterres e de ter coordenado a revolução tecnológica empreendida pelo Executivo de José Sócrates, como se sente neste novo desafio de presidir à bancada parlamentar do PS num período particularmente difícil da vida do partido e do país?

Gosto de desafios difíceis. Claro que gostaria que o desafio que os portugueses encaram neste momento fosse de menor sofrimento, mas é exatamente nestas alturas que a importância da política, das ideias e de um grande partido político como é o PS mais se faz notar. Por isso, sinto-me consciente da enor-

me responsabilidade que me foi atribuída e feliz por poder dar o meu melhor ao serviço de uma função da qual gosto.

Como descreve a relação entre a direção da bancada e os deputados socialistas e entre o Grupo Parlamentar e a direção nacional do PS?

A direção nacional do partido e o grupo são duas componentes de uma mesma realidade que é o Partido Socialista e trabalham de forma convergente para construir uma alternativa. A relação da direção parlamentar com os deputados visa aproveitar o máximo que cada um deles pode dar e, ao mesmo

tempo, motivá-los o mais possível para contribuírem para a solução.

É preciso sublinhar que o PS é o único partido da Assembleia da República que aplica no seu regulamento a liberdade de voto como base do comportamento e das escolhas dos deputados, salvo raras exceções em al-

e gente em 1975”

gumas áreas estruturantes. Ora, é de assinalar que em todas as questões fundamentais e decisivas temos tido uma convergência forte entre partido, direção parlamentar e deputados e isto significa que conseguimos fazer um esforço de convergência que, não sendo imposto, decorre da vontade de cada um, o que é mais difícil mas tem mais valor.

Muito se tem especulado sobre uma declaração na qual referiu que o GP/PS “não é um balneário fácil”. Quer esclarecer?

Quero esclarecer contando a história toda. Numa primeira

entrevista ao semanário “Sol” foi o jornalista que usou a imagem futebolística para perguntar se eu era o treinador da bancada e eu expliquei, pedagogicamente, que esta bancada é diferente das bancadas dos seis anos anteriores, em que o secretário-geral do partido não era deputado. Esta é uma bancada em que o secretário-geral do partido é deputado e em que se trabalha fundamentalmente para afirmar o projeto do partido e para afirmar a candidatura do seu secretário-geral a primeiro-ministro. Foi nesse sentido que eu disse que não era o treinador e que era, quando muito, o líder de balneário.

Depois, quando numa segunda entrevista me perguntaram como me estava a dar no desempenho desta função, respondi, de uma maneira simples, que as equipas vencedoras têm sempre balneários difíceis. Nesse sentido, reitero: temos um grande grupo parlamenta, com pessoas com um perfil humano e um trajeto de vida diverso e rico, o que significa que não é um grupo passivo, é antes um grupo parlamentar que gosta de debater.

Quais são os grandes temas da agenda do GP/PS na presente legislatura?

Há três grandes linhas de ação que caracterizam a nossa intervenção. Primeiro que tudo, a defesa do acesso das pessoas às funções sociais a que têm direito, particularmente num quadro muito difícil como o atual, mediante políticas de maior eficácia e eficiência, de crescimento e de emprego.

Em segundo lugar, temos absoluta consciência de que a questão portuguesa se integra numa mais vasta, que é a questão europeia. Por isso, queremos travar um combate, também no Parlamento nacional, para que a Europa e os programas comunitários sejam aliados dos povos e não seus adversários.

Finalmente, o terceiro pilar é o da qualidade da democracia. Apresentámos pacotes legislativos de transparência, medidas para melhorar o funcionamento da Assembleia e da democracia em Portugal, medidas para aproximar o cidadão eleitor dos representantes, e temos posto em prática uma outra maneira de fazer política: não aprovamos nem propomos, na oposição, medidas que não pudésemos aprovar ou concretizar se estivéssemos no poder.

Quer dar um exemplo desta nova maneira de fazer política?

Por vezes esta opção é difícil de compreender. Por exemplo, se amanhã algum partido propusesse que o salário mínimo passasse a seiscentos euros, seria fácil votar a favor, mas nesta conjuntura não é aplicável. Portanto, teríamos de votar contra, embora o sentido do nosso voto não fosse compreendido naquele momento. É uma outra maneira de fazer política, de fazer oposição, de forma frontal, direta, honesta, responsável e não demagógica a bem da qualidade da nossa democracia.

O facto de recentemente o Parlamento ter chumbado



JORGE FERREIRA

“Sinto-me consciente da enorme responsabilidade que me foi atribuída e feliz por poder dar o meu melhor ao serviço de uma função da qual gosto.”

“É uma outra maneira de fazer política, de fazer oposição, de forma frontal, direta, honesta, responsável e não demagógica a bem da qualidade da nossa democracia”

uma proposta que visava levar o primeiro-ministro à comissão para esclarecer a questão das secretas não terá fragilizado ainda mais a democracia portuguesa?

O facto em si é grave, mas sobretudo é um bom exemplo de uma maneira de fazer política que não é a nossa.

Todos os partidos, da direita à esquerda, exceto o Partido Socialista, fizeram da vinda do primeiro-ministro à Assembleia da República um número mediático em que uns ganharam, outros perderam, uns acusaram os outros...

O PS não fez isso e disse que, em nome da democracia, da sua qualidade, seria bom reunir a conferência de líderes e conversar.

Infelizmente, a nossa proposta não foi aceite. Mas isso demonstra como somos diferentes.

Quais as iniciativas legislativas na forja que considera mais importantes?

Temos agora em cima da mesa algumas propostas para as quais vamos apresentar alterações que são muito importantes, como por exemplo a Lei do Arrendamento.

Agendámos uma Lei de Reabilitação Urbana que consideramos muito importante e estruturante pelo facto da construção civil ser determinante para a criação de emprego e para a dinamização da atividade económica.

Ao nível do pacote da concorrência, vamos pugnar para que

se reforce o papel dos reguladores. Daremos o nosso contributo para todo o pacote de reforma de competências e de organização do ponto de vista do território, com enfoque especial para a eficácia da gestão autárquica. Continuaremos a ter iniciativas para promover o crédito para as empresas, para ajudar os estudantes do ensino superior a superar as dificuldades no acesso às bolsas de estudo e no pagamento dos créditos que contraíram. Temos uma Lei do Ambiente e uma Lei Fundiária que desceram à comissão sem votação, mas que são o nosso contributo para grandes medidas estruturantes no contexto do país.

Vamos ter, no dia 3 de março, o nosso encontro da interioridade, de onde sairá um conjunto de propostas e medidas para garantir a questão essencial do acesso às funções sociais de proteção, educação, saúde e segurança.

Na agenda do GP/PS há algum espaço reservado a temas fraturantes?

O que é fraturante é sempre um pouco subjetivo. Não temos receio de nenhuma discussão.

Estamos a preparar – embora eu não considere que se trate de um tema fraturante – um pacote de medidas no domínio da igualdade.

Considero também que o nosso pacote da transparência é de alguma maneira fraturante no sentido em que é uma rotura

com as práticas habituais que levaram a nossa democracia a perder alguma da sua força.

O que espera da liderança de António José Seguro?

Que seja primeiro-ministro de Portugal na primeira oportunidade em que os portugueses sejam chamados a escolher o governante que vai substituir Pedro Passos Coelho.

Que reformas, no seu entender, devem implementar-se no seio do PS e na sua ação política no sentido de recuperar a confiança dos portugueses e voltar a formar Governo?

Sobre esse assunto realçava apenas três tópicos que me parecem muito importantes. O

sociais.

O PS vai ter que ter a capacidade de ser um partido no qual os movimentos sociais se revejam, sem serem asfixiados e sem ele próprio se anular.

O acordo de concertação social recentemente assinado saldou-se, para os trabalhadores, em menos direitos e mais precariedade e insegurança. Que iniciativas se perspectivam na bancada socialista no sentido de contrabalançar este grande desequilíbrio gerado em desfavor de quem trabalha?

O PS é um partido a favor da concertação social, pelo que vemos a existência de um acordo como algo positivo. E não obstante esse saldo negativo que

ticas de crescimento, para políticas ativas de emprego e de apoio às PME.

Uma segunda tranche de apoio financeiro externo implicará, certamente, mais medidas de austeridade... Até onde se pode esticar a corda dos portugueses?

O primeiro-ministro e o ministro das Finanças dizem que não é necessária uma nova tranche e dizem mesmo, publicamente, que não é necessário o alargamento do prazo para cumprirmos os 4,5% de défice.

Ora, se forem apresentadas como necessárias mais medidas de austeridade, isso significará, inequivocamente, o falhanço rotundo das políticas deste Executivo e então já não fará senti-

sim, é a Alemanha que nos vem dizer se nós não queremos um pouquinho mais de flexibilidade e é o nosso Governo que diz que não queremos. É a Alemanha e os líderes europeus que nos vêm dizer que seria bom que crescêssemos e o nosso Governo diz que não, que temos que aguentar estoicamente a dificuldade, não ser piegas, custe o que custar, se for preciso emigrando.

Qual a explicação para esta postura do Governo de flagelação e braços caídos?

Há, diria, uma flagelação dos portugueses que não é inocente. É uma flagelação para nos retirar a energia e nos desvitalizar para que possa ser aplicado o modelo ideológico da des-

como agora. Precisamos em 2012 de gente corajosa como tivemos em 1975.

Somos confrontados diariamente com imagens de convulsão social na Grécia fruto de uma receita de austeridade sobre austeridade como a que se está a aplicar no nosso país. Receia ver em Portugal um fenómeno semelhante se o Governo teimar em manter este rumo?

Receio, sim, porque os povos têm limites. Os portugueses são um povo capaz de se sacrificar, que já mostrou uma grande capacidade de reagir à adversidade, mas tem que perceber o sentido do que se lhe está a pedir. Quando esse sentido não é percebido, os povos, muitas vezes,



JORGE FERREIRA

“O PS vai ter que ter a capacidade de ser um partido no qual os movimentos sociais se revejam, sem serem asfixiados e sem ele próprio se anular”

“Desde o Verão Quente que a luta não estava com a temperatura tão alta como agora”

“Há uma flagelação dos portugueses que não é inocente”

primeiro, que o PS está a fazer muito bem, é uma boa inserção nas redes sociais, com verdadeiros espaços de interação e diálogo, como o novo site.

O segundo é a abertura do partido à participação de cidadãos independentemente de quererem ser ou não ser militantes. E julgo que aquilo que se está a preparar em termos da estrutura do Laboratório de Ideias será uma resposta para que podamos ter essa capacidade de interagir tanto com as pessoas que queiram fazer uma participação global, bem como com aquelas que queiram contribuir em temáticas que conhecem particularmente bem.

O terceiro tópico tem a ver com o relacionamento entre os partidos políticos e os movimentos

acabou de referir, é preciso lembrar que a participação ativa da UGT na concertação social permitiu minimizar aquelas que eram as intenções do Governo, que seriam bastante mais desequilibradoras, e permitiu introduzir no acordo algumas políticas de crescimento e emprego. Portanto, do Partido Socialista pode esperar-se três coisas neste domínio: vamos ter em conta os compromissos estabelecidos no memorando da *troika* na sua forma original, fiscalizaremos de forma muito activa que as medidas mais desequilibradoras não vão além do acordado com a *troika* e vamos puxar o mais que pudermos pela parte boa do acordo que é aquela que, estando muito escondida, aponta para polí-

do falar em esticar a corda, mas sim pensar numa outra solução política para o país.

Depois das investidas negativas com a Grécia, a Alemanha vira-se para Portugal com promessas de flexibilização do plano de resgate financeiro. É esta a Europa pela qual o PS pugnou e agora defende?

É claro que esta Europa é o contrário da Europa humanista, referencial para o mundo do ponto de vista da equidade, da preservação ambiental, da solidariedade social que sonharam os seus fundadores e tantos socialistas.

Mas não deixa de ser muito curioso ao mesmo tempo e triste verificarmos que, ainda as-

truição do Estado Social. É uma economia dos interesses que está, no fundo, por trás de todos este movimento liderado pelo atual primeiro-ministro. Este convite à desistência, estes braços caídos não acontecem por acaso. Acontecem para que quando nós estivermos verdadeiramente desanimados mudarem aquilo que é a essência do funcionamento humanista e moderno do nosso país. Por isso, lanço aqui um apelo e um alerta aos portugueses em geral e aos socialistas em particular: não podemos ir no canto da sereia, não podemos desistir nem desanimar. É quando a luta aquece que se vê a força do PS. E penso que desde o Verão Quente que a luta não estava com a temperatura tão alta

reagem de maneira violenta. Se nos colocarmos no lado do povo grego, embora não possamos aplaudir aquelas reações, podemos compreender que deve custar muito, depois de tudo o que já perderam, ver que os indicadores estão cada vez pior. Em Portugal é isso mesmo que é chocante. Todos nós já fizemos imensos sacrifícios, mas nenhum indicador melhorou substancialmente nos últimos seis meses. É precisamente esta falta de sentido que pode conduzir a situações menos favoráveis e que pretendemos evitar quando António José Seguro ou o Grupo Parlamentar não perdem uma oportunidade de dizer ao Governo que esta não é a solução e que há um caminho alternativo. ●



JORGE FERREIRA

Comissão Nacional debateu modernização e estatutos

“Não assinei o memorando com a *troika*, não concordo com partes das medidas que neles constam, mas honrarei o compromisso do PS”, afirmou António José Seguro na Comissão Nacional, em Évora, onde se discutiu, de forma aprofundada, a modernização do partido e a revisão dos estatutos. **J. C. CASTELO BRANCO**

Na intervenção dedicada à análise da situação política, o líder socialista sublinhou que a oposição “construtiva, responsável e honesta” que o PS faz ao Governo ultraliberal da direita está condicionada pelo acordo com a *troika* e ainda pela situação muito crítica que o país vive. “É uma nova forma de fazer oposição, um caminho que pode levar a incompreensões. Mas é o nosso caminho. Nunca prometer na oposição coisas que não poderemos concretizar”, disse.

Depois de reiterar que “honra o passado e todo os compromissos que o PS assumiu”, António José Seguro reafirmou que “o problema da forma como o Governo está a atacar a crise está na dose e ritmo da austeridade, uma receita que está errada, já que há outro caminho que passa por uma agenda de crescimento e emprego, tal como o PS tem vindo a defender há meses e para a qual a Europa parece estar agora a despertar”.

Já no que respeita à e revisão dos estatutos e modernização do partido – compromisso que Seguro colocou como prioridade na sua candidatura a secretário-geral, disse que este debate em curso, “com ampla participação”, demonstra que “é possível fazer este trabalho de forma profunda”.

Em nome da transparência, o líder socialista afirmou que “não é tolerável que não tenha-

“É uma nova forma de fazer oposição, um caminho que pode levar a incompreensões. Mas é o nosso caminho. Nunca prometer na oposição coisas que não poderemos concretizar”

mos processos claros de adesão de militantes e que não haja ficheiros claros no PS. É necessário atualizá-los”.

Caciquismo? Não, obrigado!

Neste quadro, defendeu que “é preciso erradicar os sindicatos de voto e o caciquismo”.

A Comissão Nacional, onde entrevistaram mais de 30 militantes, começou de manhã com dois painéis onde se debateram as propostas recolhidas nos últimos meses. Um sobre o aprofundamento da participação política, moderado pelos camaradas Fonseca Ferreira e Pita Ameixa, e outro sobre a organização e funcionamento do partido, moderado pelos camaradas António Galamba e José Ernesto Oliveira.

Depois decorreu num almoço de trabalho de presidentes das federações com o secretário-geral, onde foi decidida a realização de uma conferência nacional em defesa do interior do país. ●

“Onde antes encontrávamos, à nossa direita, um flagelo de desemprego e precariedade causado pelos malvados anos de governação socialista, agora enfrentamos um dilema sistémico em que toda a Europa tem de se concentrar para construir um novo modelo de emprego jovem”



COERÊNCIA

Pedro Delgado Alves

pedro.delgadoalves@ps.parlamento.pt

Parafrazeando Talleyrand, apetece dizer que a coerência é praticamente uma mera questão de datas. Participei recentemente num debate sobre emprego jovem, num painel que contava com representantes das várias juventudes partidárias. Ainda que as posições dos intervenientes fossem há muito conhecidas e que os próprios interlocutores já se conhecessem de debates anteriores, não deixa de surpreender a rápida inflexão argumentativa dos presentes.

Onde antes encontrávamos, à nossa direita, um flagelo de desemprego e precariedade causado pelos malvados anos de governação socialista, agora enfrentamos um dilema sistémico em que toda a Europa tem de se concentrar para construir um novo modelo de emprego jovem. Sendo certo que as soluções oferecidas são as mesmas de há alguns meses – legislação laboral mais flexível e uma inaceitável chantagem assente na ideia de que a opção a realizar é entre desemprego e precariedade, ao invés de eleger ambas como inimigos – as suas causas já são diferentes e, aparentemente, a passagem para o Governo fez emergir um contexto internacional...

Já pela esquerda enfrentamos um pouco do inverso – se o diagnóstico continua a acusar os efeitos da crise do capitalismo que vivemos à escala global, aquilo que se afigurava como relevante no plano das políticas de emprego e que sempre vinha sendo denunciado como insuficiente (os estágios profissionais, o reforço do quadro de inspetores da Autoridade para as Condições de Trabalho, a proibição dos estágios não-remunerados, o incentivo à contratação sem termo implícita no Código Contributivo) são conquistas a defender perante o governo liberal que agora temos...

As conclusões da recente cimeira informal da UE apostam para breve em financiamento comunitário especificamente vocacionado para o emprego jovem. Quando a discussão de como fazer melhor uso do mesmo chegar, seria fundamental que prevalecesse a coerência, sob pena de não sermos capazes de diagnósticos sérios e de construir respostas adequadas. O PS, felizmente, nunca perdeu a sua. ●

HORTENSE MARTINS,
PRESIDENTE DO DFMS
DE CASTELO BRANCO

“Crise atinge em maior grau as mulheres”

O Governo da direita tem como propósito ideológico abandonar as políticas de promoção da igualdade de gênero, acusa a presidente do Departamento das Mulheres Socialistas de Castelo Branco, Hortense Martins, lembrando que a crise atinge em particular as mulheres. **J. C. CASTELO BRANCO**

Porque é que faz sentido a existência de um Departamento das Mulheres Socialistas?

O Partido Socialista foi pioneiro na introdução de formas mais eficazes para trazer mais mulheres à participação ativa na vida política, nos vários níveis de intervenção, quer autárquico, quer parlamentar. Os departamentos federativos têm a responsabilidade, em conjunto com os restantes órgãos do PS, de mobilizar e incentivar essa mesma participação. Não é por acaso que tem vindo a crescer a adesão de mais mulheres ao Partido Socialista, com vontade de uma participação mais ativa.

Quais os objectivos centrais deste novo mandato à frente do Departamento?

Estando atentas aos assuntos da atualidade, verificamos que temos que reforçar a intervenção ao nível das questões da prevenção da violência doméstica, sobretudo ao nível dos jovens. Continuar a dar visibilidade ao trabalho das mulheres, às suas competências, promover o reforço da sua participação política e sobretudo lutar para que mais mulheres cheguem aos lugares de tomada de decisão nos vários patamares das organizações, nomeadamente da organização política. As questões autárquicas e mais mulheres nas autarquias serão também objeto da nossa atenção.

Há alguma iniciativa agendada pela estrutura que lidera que queira destacar?

Temos várias iniciativas para

breve. Destaco uma ação sobre a “Violência no Namoro” e um encontro da “Mulher Autarca”. Temos como princípio norteador da nossa ação a abertura à sociedade e aos problemas que se estão a viver, razão pela qual nas nossas iniciativas convidamos sempre a participar a sociedade civil, que inclui naturalmente homens e mulheres.

Qual a área que, na sua opinião, é mais gritante a discriminação da mulher em relação ao homem?

Existem ainda muitos sectores em que são profundas as desvantagens e discriminação das mulheres. Estas desvantagens acentuam-se, nomeadamente na desigualdade salarial e na vulnerabilidade ao desemprego, no risco de exclusão social, no que diz respeito à divisão e partilha das tarefas familiares, na violência doméstica e no sistema do poder político e económico e no acesso aos lugares de decisão. As mulheres preparam os dossiês mas, na grande maioria, ainda são os homens a tomar as decisões.

Castelo Branco é um distrito fustigado pelo peso da interioridade e desemprego e precariedade, que atinge em maior grau as mulheres. Está prevista alguma iniciativa do seu departamento na denúncia ou apresentação de propostas para minorar este flagelo?

As questões da interioridade e o abandono de políticas de discriminação positiva para com o interior que estão neste momen-



JORGE FERREIRA

to a ser desenvolvidas por este Governo afeta todos, homens e mulheres. Sabemos que a crise atinge em maior grau as mulheres, tanto em termos de desemprego como de precariedade. O desenvolvimento de ações dirigidas ao empreendedorismo feminino é uma dos nossos objetivos. A luta pela defesa do desenvolvimento do interior e o combate às assimetrias estão sempre presente nas nossas preocupações.

As mulheres são já em maior número que os homens no ensino superior. No entanto, continuam a ser poucas as mulheres que ocupam cargos de topo nas empresas. Como explica este fenómeno?

Só se explica por razões culturais. As mulheres são pragmáticas e muito competentes, sobretudo na organização e planificação da mesma. Culturalmente as mulheres ainda acreditam que têm que provar as suas compe-

VIOLÊNCIA NO NAMORO

Mulheres socialistas de Castelo Branco têm agendada uma ação sobre a “Violência no Namoro”

MULHER AUTARCA

“A Mulher Autarca” é o tema de um encontro que o Departamento também vai promover

“O Partido Socialista foi pioneiro na introdução de formas mais eficazes para trazer mais mulheres à participação ativa na vida política”

tências mais que os homens. Há que contrariar este sentimento. **O PS teve sempre um papel cimeiro na promoção da igualdade de gênero. Que medidas mais emblemáticas nesta matéria foram avançadas pelos socialistas?**

O PS tem um património nesta matéria que tem que honrar. A defesa de políticas de igualdade, a Lei da Paridade que é um instrumento de maior eficácia para a promoção do acesso à política. Na questão da interrupção voluntária da gravidez e outras questões que acima de tudo estão sempre presentes nas várias políticas, para que haja uma maior tomada de consciência e de prática efetiva nestas matérias, são cruciais e devem continuar a ser desenvolvidas pelo PS. Mesmo ao nível do QREN isso foi feito. As questões têm que ser colocadas ao nível de contribuímos para uma sociedade mais justa e esse é um projeto de mulheres e homens.

Com este Governo de direita os próximos anos vão ser de passos perdidos e fechar de portas em relação à promoção da igualdade de gênero?

Sem dúvida. Este Governo tem um propósito ideológico. A

maioria parlamentar que suporta o Executivo de Passos Coelho não votou a Lei da Paridade, não o podemos esquecer.

O que vemos por parte deste Governo é o abandono deste tipo de políticas. Repare-se, por exemplo, que não abriram e continuam bloqueados os concursos para o empreendedorismo feminino e que estavam previstos para 2011.

O que espera deste novo ciclo do PS, nomeadamente no que respeita à participação das mulheres socialistas na vida e tomada de decisões no partido?

Tenho a certeza que o secretário-geral do PS sabe muito bem o património que este partido tem na defesa destas matérias e a responsabilidade que isso confere. Creio que estas questões não vão ser esquecidas mas promovidas.

Qual é a personalidade nacional que, na sua opinião, melhor encarna a luta pela emancipação da mulher?

Na nossa história muitas mulheres e também muitos homens lutaram para que as mulheres assumissem a sua emancipação e a sua condição de líderes... ●



JORGE FERREIRA

Conferência sobre o interior do país

O PS agendou para 3 de março, em Castelo Branco, a realização de uma conferência nacional sobre o interior do país, que está a ser fortemente atacado e ostracizado pelas políticas do atual Governo.

“A defesa do interior do país é, e continuará a ser, uma das bandeiras do PS e esta conferência irá demonstrar que não há portugueses de primeira e de segunda”, afirmou António José Seguro, para quem os portugueses desta faixa do país “são duplamente penalizados com os sacrifícios impostos” pelo Executivo da direita.

E apontou como exemplos desta penalização, na área da justiça, o encerramento de tribunais, e na saúde, o aumento das taxas moderadoras, que se somam aos custos de transportes elevadíssimos e retirada das isenções de IRC às empresas do interior, entre outras malfeitorias.

O líder socialista criticou tam-

bém a “extinção de freguesias” com um “critério numérico”. Uma medida que considerou “altamente penalizadora” do interior, porque “coloca o Estado mais longe das populações”.

Esta conferência em “defesa do interior” vai reunir “autarcas, empresários e outras forças vivas”.

Por sua vez, o secretário nacional para a Organização, Miguel Laranjeiro, afirmou que “o PS tem denunciado o virar de costas por parte do Governo ao interior em muitas matérias e esta conferência sobre o interior marca também um posicionamento muito importante de apoio a uma grande parte do país”. ● J. C. CASTELO BRANCO

AGENDA DE MUDANÇA

No âmbito do novo ciclo do PS, o secretário-geral do PS anunciou um vasto conjunto de iniciativas que pretendem dinamizar a vida interna do partido e lançar as bases de uma alternativa política sustentada ao actual Governo de direita. É uma agenda de mudança onde todos contam.

Universidade de Verão

O PS vai voltar a organizar uma Universidade de Verão para valorizar a formação e aprofundar o debate político.

Laboratório de Ideias

O Laboratório de Ideias e Projectos para Portugal (LIPP) é um espaço de debate e reflexão aberto onde todos têm lugar, nomeadamente socialistas não inscritos no nosso partido. Do LIPP sairá a matriz da proposta política do PS para o país.

Conferência para a defesa do interior do país

Castelo Branco vai ser palco, no dia 3 de março, da conferência organizada pelo PS em defesa do interior do país.

Grupo de trabalho para a reforma fiscal

Um grupo de trabalho vai preparar nos próximos meses uma proposta de reforma fiscal. O objectivo, segundo o líder do PS, “é fazer com que a riqueza criada seja distribuída de uma forma mais justa”.

Candidatos às autarquias

Escolha dos candidatos às autarquias até ao final de 2012.

Órgãos do PS

Novos órgãos dirigentes das secções, concelhias e federações eleitos até ao verão. ●

“Os cortes cegos, o desleixo com as políticas de cooperação para o desenvolvimento, a gritante falta de coesão e solidariedade entre os povos tem sido uma constante”

É CHEGADO O MOMENTO DE FALAR DOS DEVERES HUMANOS



Maria Antónia de Almeida Santos

maasantos@ps.parlamento.pt

O reconhecimento de direitos iguais e inalienáveis para todos os povos requer o estabelecimento da liberdade, justiça e paz. Uma paz integral, não apenas o silêncio das armas, mas a criação de condições de justiça social e económica. Há mais de seis décadas que a Carta das Nações Unidas já o tinha explicitado, assim como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio traçaram metas que estão longe, muito longe, do seu cumprimento. No entanto, o discurso foi invariavelmente o mesmo: acabar com a pobreza e criar condições para diminuir o diferencial entre países ricos e países pobres.

O experimentalismo que tem marcado a governação do centro sobre a periferia do sistema internacional tem contribuído para uma dívida social sem precedentes. Os cortes cegos, o desleixo com as políticas de cooperação para o desenvolvimento, a gritante falta de coesão e solidariedade entre os povos tem sido uma constante. O que está em causa é a sobrevivência, a decência, como o direito à alimentação, o direito ao trabalho e ao seu justo pagamento e o direito aos serviços universais de cuidados de saúde. Talvez por isto, melhor que ninguém, os parlamentares tenham espírito crítico, distância e sentido de responsabilidade para denunciar o retrocesso civilizacional a que estamos a assistir, infelizmente também à escala nacional.

Por falar em deveres humanos, duas parlamentares socialistas participaram na semana passada numa visita de estudo a Cabo Verde para se inteirarem da execução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva. Cabo Verde, país irmão de Portugal, com laços afetivos e históricos que nunca se apagarão – espero eu – está no bom caminho. Que Portugal saiba honrar a sua história e cuidar de si próprio melhor do que tem feito nos últimos meses. Os socialistas portugueses estarão com atenção redobrada e contribuirão, como sempre têm feito, para o bem de Portugal e do mundo. É um imperativo, é a nossa matriz ideológica. ●

EM DEFESA DO INTERIOR

DISTRITO	DATA
Bragança	24 de Fevereiro
Guarda	25 de Fevereiro
Vila Real	26 de Fevereiro
Portalegre	28 de Fevereiro
Beja	29 de Fevereiro
Évora	29 de Fevereiro
Viseu	2 de Março
Castelo Branco	3 de Março

UM LIVRO POR SEMANA



ARQUIVO ÍNTIMO Nelson Mandela

O pai da nação arco-íris revela pela primeira vez o seu arquivo pessoal e convida-nos a vislumbrar, como nunca, a sua vida extraordinária.

No livro "Arquivo Íntimo", através de escritos comoventes, nunca antes publicados, os leitores têm acesso ao homem privado por trás da figura pública. Já traduzida em 20 línguas, esta "viagem pelo ser humano, pelo mais privado Nelson Mandela", como o livro é descrito pelos seus editores, é uma compilação de cartas, conversas gravadas e diários escritos durante os 27 anos de cárcere do ícone sul-africano de 92 anos e fornece um olhar intimista sobre as alegrias, tristezas e angústias do homem que foi o primeiro presidente negro da África do Sul.

Na verdade, o livro esclarece que Mandela nem sequer queria servir como Presidente da República após a queda do regime do apartheid, mas que aceitou candidatar-se com o espírito de missão que guiou toda a sua vida. Trata-se, pois, de uma viagem fascinante por mais de cinco décadas de vida e de uma oportunidade imperdível de passar tempo com Nelson Mandela, o homem, pelas suas próprias palavras.



UM POLÍTICO ASSUME-SE Mário Soares

Nas quinhentas páginas desta obra, que cobrem o longo século XX e que chegam até aos nossos dias, apesar de todas as alterações nas circunstâncias, há um aspecto muito constante: um protagonista que se move frequentemente por intuições. Muitos podem ter recordado de Mário Soares em vários momentos, mas todos lhe reconhecem uma intuição política rara que não se aprende na escola. E é este elemento intuitivo que choca com a ideia hoje dominante de que a ação política mais eficaz é baseada na racionalidade informada que fica evidente nesta autobiografia do histórico fundador do PS.

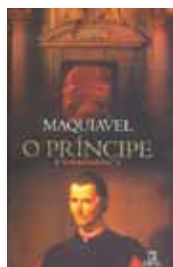
Bem analisadas as coisas, nas suas grandes opções – quando afrontou o Estado Novo e rompeu com a unidade da oposição; quando defendeu a opção europeia e a democracia liberal contra a deriva totalitária; e, mais recentemente, quando criticou a colonização ideológica da social-democracia – Mário Soares arriscou e teve as intuições certas, assumiu-se.



NO CENTRO DO FURACÃO Mário Soares

O histórico fundador do PS, Mário Soares, que continua a ser, hoje, uma das figuras mais influentes e respeitadas do panorama político nacional, reflete neste livro sobre o percurso nacional desde a queda da ditadura até aos dias de hoje, ao mesmo tempo que analisa a evolução do espaço europeu desde a sua génese. Com estes dados na mesa, pondera sobre a situação presente, avaliando as suas causas, os seus riscos e as suas oportunidades, sugerindo a criação de um novo paradigma para o futuro que permita a Portugal e à Europa voltar a ser um espaço de bem-estar, prosperidade e justiça social para as suas populações.

"No centro do furacão" é um útil e refrescante contributo para o necessário debate sobre o presente e o futuro de Portugal enquanto nação europeia.



O PRÍNCIPE Nicolau Maquiavel

A obra mais famosa de Nicolau Maquiavel, "O Príncipe", foi escrita de 1513 a 1516 e publicada postumamente, em 1532. Nela, o autor reflete os seus conhecimentos da arte política dos antigos, bem como dos estadistas de seu tempo e expressa pela primeira vez a noção de Estado como forma de organização da sociedade do modo como a conhecemos hoje.

É sobretudo por isso que o seu autor é considerado o pai da moderna ciência política.

Na época, a obra foi concebida como um manual cuja finalidade era ensinar a um novo príncipe que, para conservar o poder e o controle em seu Estado, é preciso não só agir com grande subtilidade – e mesmo com astúcia e crueldade – mas também manter um exército. A incrível resistência ao tempo – que caracteriza os clássicos – deve-se à versatilidade do texto que tem permitido as mais diversas interpretações a leitores de todas as gerações. ●



ELEIÇÕES EM FRANÇA

O corredor de fundo contra o Presidente "bling-bling"



De França sopram ventos de mudança. O Partido Socialista emerge de anos difíceis com uma candidatura que une, não só os socialistas como os próprios franceses.

François Hollande é o candidato. Corredor de fundo da política francesa este "homem normal", pouco conhecido no exterior mas credor de reconhecimento pela maioria da população francesa, defronta o presidente cessante, Nicolas Sarkozy, hábil manobrador, figura mediática mas que atravessa uma inesperada fase de desgaste e de desconfiança por parte do povo francês que o apelida de "bling-bling", adjectivação dada a quem comete frequentes deslizes nas suas declarações públicas. O "Acção Socialista" acompanha no terreno estas eleições que se realizam em duas voltas, a primeira em 22 de abril e a segunda em 6 de maio. Estas eleições são um factor de grande esperança para os socialistas franceses e também para os portugueses.

O que está em jogo

François Hollande apresentou uma lista de 60 propostas que considera os seus compromissos. O slogan da sua campanha é "Le changement c'est maintenant" traduzível por "A mudança é agora!" Os temas quentes são, como não podiam deixar de ser num momento de crise financeira, o desemprego, a dívida pública, a fiscalidade e a competitividade da economia. Em segundo plano estão as questões da imigração, da Europa, da laicidade e da globalização.

Com menos acuidade mas bastante importantes aparecem ainda os temas da saúde, da educação, da igualdade de género, da justiça, do ambiente, da cultura, da pobreza e da reforma administrativa.

Os partidos em disputa
Para além do Partido Socialista liderado por Fran-

çois Hollande apresentam-se a estas eleições mais quinze formações políticas, destacando-se:
- À direita a Frente Nacional (Front National) liderada por Marine Le Pen.
- À direita liberal a UMP - União por um Movimento Popular, cujo líder é o actual Presidente Nicolas Sarkozy.
- Ao centro a UDF - União Democrática Francesa, liderada por François Bayrou.

Quem é François Hollande?

Nasceu em Rouen em 1954, onde viveu até aos 14 anos, este candidato do Partido Socialista Francês, desconhecido pelos media internacionais mas referido pelos franceses como um resistente "corredor de fundo". Entrou para o PS em 1979 e fez parte de um gabinete sombra que produzia estudos económicos para o futuro Presidente François Mitterrand.

Em 1981 era um jovem candidato às legislativas pelo círculo de Ussel na Corrèze. A sua carreira política era marcada, desde os tempos de estudante, pela presença ao seu lado de Ségolène Royale com quem vivia maritalmente e de quem viria a ter quatro filhos. A dupla funcionava às mil maravilhas sendo Ségolène habitualmente convidada para exercer funções mais mediáticas.

Ressaltavam já nessa altura as características que fazem deste homem pequeno de estatura, algo míope e pouco preocupado com as aparências um lutador político a ter em conta. Dono de uma capacidade de resposta rápida e de uma subtil mordacidade, obriga os interlocutores a uma atenção permanente nos debates. Acres-

centa a estas condições uma verdadeira paixão pela preparação dos dossiês, surgindo normalmente muito bem preparado para rebater argumentos e afirmar ideias. Passou pelo Eliseu em 1981 como chefe de gabinete do ministro Max Gallo. Nos anos seguintes jogou forte no apoio às possíveis candidaturas de Jacques Delors e de Lionel Jospin, mas as hesitações de ambos determinaram o seu afastamento e desilusão.

Foi eleito primeiro-secretário do Partido Socialista em 1997 e ocupou essa função durante 11 anos. Instado por muitos camaradas a candidatar-se à presidência em 2007 viveu um dos momentos mais complexos da sua vida pessoal e política. A sua relação com Ségolène estava acabada havia pouco tempo e tinha começado um romance com a jornalista Valérie Trierweiler sua actual companheira.

Ségolène avançou para a corrida. François não deixou de lhe dar todo o apoio. Ségolène não ganhou e o afastamento pessoal entre ambos foi então publicamente anunciado. O ano de 2009 foi decisivo para este homem sereno, de uma tenacidade constante, construtor de consensos, de sorriso permanente. A sua mãe morreu. Segundo o seu biógrafo foi nessa manhã que decidiu avançar para a candidatura à presidência. Inicia então uma mudança de imagem, emagrece, muda de estilo de alimentação e passa à acção.

As sondagens indicam-no como o vencedor à segunda volta e futuro Presidente de França.

Força François Hollande! A mudança é agora!

O FEITIÇO DO TEMPO

É curioso como dois realizadores tão diferentes – o galardoado Clint Eastwood e a encenadora teatral Phyllida Lloyd – se aproximaram na desconstrução de personagens centrais da História.

“J. Edgar”, com argumento de Dustin Lance Black, autor de “Milk”, relata-nos a vida de Hoover desde a sua nomeação para o FBI até à sua morte. A narrativa é feita por um J. Edgar envelhecido, num vai-vém desequilibrado, semelhante a um desenfreado caleidoscópio. O relato do seu percurso desvanece-se na intenção clara do realizador em evidenciar que “The Director” era emocionalmente desequilibrado, numa incessante luta entre a sua homossexualidade reprimida e um complexo de Édipo mal resolvido. Eastwood tenta mostrar que o “monstro” americano era um ser humano com fragilidades.

A reter são os diálogos e os actores. Judi Dench, que carece de quaisquer apresentações, encarna a mãe de Hoover com naturalidade. Armie Hammer, entre nós conhecido pelo seu desempenho em “The Network”, interpreta o companheiro de vida e assessor de Hoover – Clyde Tolson – com sensibilidade e destreza. E Leonardo DiCaprio. Pobre grande actor que se vê numa luta incansável entre um excelente trabalho de interpretação e uma caracterização desconcertante, pesado estorvo que nos rouba ao seu excelente desempenho para nos mergulhar numa incredulidade demasiado morosa.

Em resumo, “J. Edgar” vale pela visão humanista do mais famoso diretor do FBI e pela descoberta evolutiva de DiCaprio. Desta vez, Clint não me encheu aquele espaço da alma que alguns cineastas conseguem amiúde.

Com o badalado “The Iron



Lady”, o desalento é diferente. Desenganem-se os que julgam ir visualizar uma longa-metragem que documente o “thatcherismo”. Não se desloque às salas quem pretenda ver relatos dos movimentos sociais e sindicais, das campanhas eleitorais, dos seus mandatos enquanto ministra da Educação e líder do seu partido. O filme permite-nos ver tudo isso mas em *flashbacks* alucinantemente colados sem grande nexos. Os episódios mais controversos do seu governo são abordados como ocorrências pontuais, num apanhado desconexo e quase monótono.

A história que realizadora e argumentista – Abi Morgan – nos relatam é a da Dama de Ferro dos nossos dias, doente e errática, saudosa do seu falecido, mas sempre presente, marido – Denis – encarnado pelo reconhecido actor Jim Broadbent. Vemos a imponente Thatcher entre despojos pessoais numa vida enriquecida, chávénas de chá e atos dignos dum “Perfume de Mulher”. Remetem esta grande mulher a uma panóplia de clichés cinematográficos



feministas “Mamma Mia-nos” quando poderiam ter focado a sua incessante batalha por marcar a diferença numa época e num país tradicionalmente conservador. A realização não é boa nem má, é indiferente e descuidada.

Grandiosa neste filme é Meryl Streep. Os trejeitos e tonalidades de voz são inatacáveis. Verificamos um trabalho de pesquisa e dedicação que só uma poderosa actriz pode alcançar, permitindo a sobrevivência do filme e salvando-nos da deceção. Meryl não precisa de provar mais nada a ninguém e a entrega da estatueta dourada é-lhe devida. Vejamos o que nos reserva a cerimónia dos Óscares.

Pode não ser uma visão agradável destas duas obras que tanta expectativa geraram em todos os que, como eu, esperavam ansiosamente por ver biografias de (con)sagradas figuras políticas dos nossos tempos, mas é autêntica. Não previa contos numa mescla de “Feitiço do tempo” com “Memories”. Dito isto, obrigada Mr. DiCaprio e Ms. Streep! ● SANDRA PAULO

“O PS, agora na oposição, vê-se a braços com a necessidade de recuperar um espaço cultural que já foi seu no passado. Necessita de passar à ofensiva ideológica e doutrinária”



PREPARAR A OFENSIVA

José Reis Santos

josereissantos@gmail.com

Qualquer partido político no poder comete erros. Acomoda-se, governamentaliza-se, adormece. Arrisca-se a se alhear da sociedade e a construir uma elite partidária de exclusiva intervenção governamental ou parlamentar. E o PS, nos últimos anos, especializou-se em acumular erros, perdendo oportunidades de desenvolver uma elite interna mais capacitada, formada e conectada com os grandes debates do socialismo democrático contemporâneo.

Nesta linha de raciocínio, foi para mim evidente a incapacidade de, durante o consulado de José Sócrates, o partido construir uma relação ativa e profícua com a sociedade civil, com o mundo académico e com os seus partidos irmãos, especialmente no espaço europeu. Fecharam-se as fundações do partido (a José Fontana e a Antero de Quental), nunca se capacitou a Res Publica, preferindo-se antes o fomento de projetos externos, inócuos e sem lastro, como foram a ‘Geração de Ideias’ ou as ‘Novas Fronteiras’. Como consequência, o partido perdeu não só contacto com a social-democracia europeia, mas também com os seus principais dínamos de inovação e reflexão intelectual e programática.

Neste cenário, o PS, agora na oposição, vê-se a braços com a necessidade de recuperar um espaço cultural que já foi seu no passado. Necessita de passar à ofensiva ideológica e doutrinária, regressando de forma interventiva aos grandes debates da nossa família política, apostando simultaneamente na capacidade de edificar consistentemente uma nova articulação entre a sociedade civil, política e académica.

Esta tem de ser, a meu ver, a matriz do anunciado ‘Laboratório de Ideias’: saber construir um espaço de debate livre e aberto, internacionalizado e progressista; que ombreie sem vergonha com os melhores ‘think tanks’ europeus. Basta, aliás, seguir com atenção o exemplo francês para entender como – recuperando o seu ‘Laboratoire des Idées’ – o PSF tem sabido reconquistar a hegemonia do discurso político, atraindo neste processo, para um novo projeto, um conjunto alargado de atores provenientes das universidades, dos movimentos sociais, dos sindicatos. Espero que, seguindo estes (e outros) bons exemplos, possa o PS não perder a oportunidade de conseguir edificar um novo projeto político, que lhe permita, sabendo criticar construtivamente o seu passado, preparar com novo vigor programático a desejada ofensiva política. ●

O POEMA DA VIDA DE... GABRIELA CANAVILHAS

ALEXANDRE O'NEILL A HISTÓRIA DA MORAL

*Você tem-me cavalgado,
Seu safado!*

*Você tem-me cavalgado,
Mas nem por isso me pôs a pensar como você.*

*Que uma coisa pensa o cavalo;
Outra quem está a montá-lo.*



“Este Governo tem um profundo desrespeito pelo esforço de concidadãos que querem regressar a um espaço de aprendizagem”

UM GOVERNO DE UMA INSENSIBILIDADE ABSOLUTA



Miguel Laranjeiro

laranjeiro@ps.parlamento.pt

O que este Governo está a fazer com o Programa Novas Oportunidades é bem revelador da agenda que está a querer colocar no país. Este programa é uma marca apenas do PS? Não! É uma marca de mais de um milhão de portugueses que se envolveram no aumento das suas qualificações e competências. Foi avaliado e elogiado. Faz parte da nossa matriz de pensamento que alia conhecimento e liberdade. Mais saber implica cidadãos mais participativos e exigentes e é isso o que defendemos para uma sociedade moderna.

Este Governo tem um profundo desrespeito pelo esforço de concidadãos que querem regressar a um espaço de aprendizagem. Lamentável que uma iniciativa que está a ser acolhida noutros países europeus seja agora pura e simplesmente destruída. Chega de ataques aos portugueses!

Quem não teve a oportunidade num determinado tempo de vida deve ter acesso a uma segunda oportunidade. Curioso que o mesmo ministro da Economia que anuncia uma segunda oportunidade para as empresas em processo de dificuldades económicas e financeiras seja aquele que promove a destruição da segunda oportunidade para as pessoas.

Para o Partido Socialista as pessoas estão primeiro. Sempre estiveram. E em alturas de dificuldades acrescidas esta é uma obrigação ainda mais evidente. PSD e CDS têm maioria absoluta na Assembleia da República, mas oito meses de governação já são suficientes para os portugueses perceberem que há uma insensibilidade absoluta desta maioria e deste primeiro-ministro para com os portugueses.

O Partido Socialista foi muito claro na defesa do Programa Novas Oportunidades. O secretário-geral, António José Seguro, encerrou uma conferência sobre esta matéria, em Torres Vedras, com uma forte adesão e participação de muitos formandos e técnicos dos CNO's. Vários deputados da Assembleia da República visitaram, nos seus círculos eleitorais, situações dramáticas de formandos sem solução, de formadores e técnicos a caminho do desemprego. Todos os militantes socialistas são necessários neste combate, denunciando o que está a acontecer aos Centros Novas Oportunidades nos seus concelhos. ●



JORGE FERREIRA

TRÊS PERGUNTAS A ISABEL ONETO

Que comentário lhe merece a pretensão do Governo de acabar com quatro feriados, entre os quais o 5 de outubro e o 1º de dezembro, a pretexto do aumento da competitividade?

O Governo do PSD é um *tsunami* que, a uma velocidade suicida, destrói as estruturas fundamentais da nossa sociedade. Invocar a competitividade para não celebrar feriados que cujos valores representam a matriz do actual Estado de Direito Social é isso mesmo, destruir o Estado de Direito Social que consensualmente fomos construindo ao longo dos últimos 34 anos. O projecto de revisão constitucional de Passos Coelho já o anunciava...

Como classificaria, em duas palavras, esta medida?

Tive a felicidade de crescer num ambiente familiar que cultivou os valores da liberdade, igualdade e fraternidade. Estas são as minhas referências e creio que as da minha geração, que viveu o 25 de Abril, e sabe que a democracia está sempre em risco. O poder democrático conquista-se dia a dia, não se transmite numa bandeja de ouro. O 5 de outubro e o 1º de dezembro são símbolos do poder conquistado com o povo, pelo povo. Por isso, merecem ser celebrados e perpetuados. Subestimá-los faz parte de uma estratégia que menospreza estes valores.

E quanto à decisão do Executivo de direita de não dar tolerância no dia de Carnaval?

Só ao fim de oito meses o Governo percebeu que o Carnaval era celebrado no país? Em oito meses não teve tempo de levar o assunto aos parceiros da Concertação Social? Deixou que as empresas e os municípios se preparassem para uma festa que o Governo, agora, nega? Isto é só o princípio... preparemo-nos para o que aí vem, para o que invoco, precisamente, os valores para que nos apelam os 5 de outubro e o 1º de dezembro, e que o Governo quer, inelutavelmente, afogar. ●

FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA



ALFREDO CUNHA

MASP II

(1990)

Na sua campanha de recandidatura à Presidência da República, em 1990, Mário Soares reúne com personalidades da área cultural. Na foto reconhece-se o cineasta António-Pedro Vasconcelos, homem de esquerda que atualmente está na linha da frente contra a privatização da RTP, um crime de lesacultura que é uma prioridade da agenda neoliberal de Passos e Relvas. ●